



## **Gabinete da Vereadora Cristina Santos**

# **PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2026**

**Institui diretrizes para a iniciativa “Mulheres Guardiãs: Lideranças na Prevenção de Riscos” e incentiva a participação de mulheres líderes comunitárias na identificação preventiva de vulnerabilidades no Município de Cataguases.**

**Art. 1º** Ficam instituídas, no âmbito do Município de Cataguases, diretrizes para a iniciativa “Mulheres Guardiãs: Lideranças na Prevenção de Riscos”, com a finalidade de estimular a participação cívica de mulheres líderes comunitárias na identificação preventiva de vulnerabilidades locais.

**Art. 2º** São objetivos da iniciativa “Mulheres Guardiãs”:

- I – incentivar a participação de mulheres líderes comunitárias no fortalecimento da prevenção de riscos sociais, ambientais, de saúde e de segurança;
- II – promover canais de diálogo e escuta entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal;
- III – estimular a identificação colaborativa de situações de risco nas diversas regiões do município;
- IV – possibilitar que as informações compartilhadas possam orientar, de forma não vinculante, o planejamento de políticas públicas municipais.

**Art. 3º** A participação das lideranças comunitárias na iniciativa “Mulheres Guardiãs” será voluntária, consultiva e não remunerada, caracterizando-se como serviço de relevante interesse público.

Parágrafo único. As formas de participação poderão ocorrer por meio de encontros, reuniões, rodas de conversa ou outras dinâmicas participativas, a critério e conforme a conveniência administrativa do Poder Executivo, observadas as disponibilidades institucionais.

**Art. 4º** As contribuições, alertas e propostas apresentadas nos espaços de diálogo poderão ser registradas em documentos públicos de caráter informativo.



CÂMARA MUNICIPAL  
CATAGUASES

MINAS GERAIS - BRASIL



## Gabinete da Vereadora Cristina Santos

Parágrafo único. Os registros poderão ser utilizados como instrumentos de consulta e subsídio orientador, sem caráter vinculante, para as ações e políticas públicas municipais.

**Art. 5º** A implementação das diretrizes previstas nesta Lei não implica criação de cargos, funções, programas administrativos ou estruturas no âmbito do Poder Executivo, nem gera obrigatoriedade de execução.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

Cristina Santos

**Vice-Presidenta/Vereadora**

### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como finalidade instituir diretrizes para a iniciativa “Mulheres Guardiãs: Lideranças na Prevenção de Riscos”, reconhecendo e valorizando o papel estratégico das mulheres que atuam como lideranças em suas comunidades no Município de Cataguases.

É amplamente reconhecido que as mulheres exercem papel central na vida comunitária, sendo frequentemente as primeiras a identificar situações de vulnerabilidade social, riscos ambientais, problemas de saúde pública, episódios de violência ou questões relacionadas à segurança. Essa percepção cotidiana, construída a partir da vivência direta nos territórios, constitui um conhecimento valioso, que muitas vezes não encontra canais institucionais adequados para chegar ao Poder Público.

A iniciativa “Mulheres Guardiãs” propõe justamente estimular e fortalecer a escuta qualificada dessas lideranças, promovendo o diálogo entre a sociedade civil e a Administração Pública, de forma colaborativa, consultiva e não vinculante. Trata-se de uma proposta alinhada aos princípios da democracia participativa, da cidadania ativa e da valorização do protagonismo feminino na construção de soluções preventivas para os desafios enfrentados pelo município.



## **Gabinete da Vereadora Cristina Santos**

Importante destacar que o Projeto não cria programa administrativo, não impõe obrigações ao Poder Executivo, nem interfere em sua organização ou funcionamento. Ao contrário, limita-se a estabelecer diretrizes orientadoras, respeitando a autonomia administrativa, a discricionariedade do gestor público e o princípio da separação dos Poderes.

As informações e contribuições eventualmente compartilhadas no âmbito da iniciativa poderão servir como subsídios orientadores, auxiliando o planejamento de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, sem caráter obrigatório ou vinculante. Dessa forma, o conhecimento comunitário passa a ser valorizado como instrumento de apoio à tomada de decisões, sem gerar encargos administrativos ou financeiros ao Município.

A proposta não implica criação de cargos, funções, estruturas, despesas ou novas atribuições administrativas, configurando-se como uma medida de incentivo à participação social e à prevenção de riscos, compatível com a realidade institucional e orçamentária de Cataguases.

Por sua relevância social, pelo fortalecimento do protagonismo feminino e por sua adequação jurídica e administrativa, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.